



ACTA Nº 11/2006

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 31 DE JULHO DE 2006

-----No dia 31 de Julho de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo da alínea a) do nº 1 e nº 2 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), c), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, da alínea a) do nº 1 do Art. 24º e do nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação do concurso público internacional para a contratação de sistemas de transportes públicos;*
- PONTO 2 - *Lagos-em-Forma, Gestão Desportiva, E.M.:*
 - a) *Apreciação e votação do Contrato-programa a estabelecer com o Município de Lagos;*
 - b) *Apreciação e votação da Proposta de Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal.*
- PONTO 3 - *FUTURLAGOS - Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E.M.:*
 - a) *Apreciação e votação do Contrato-programa a estabelecer com o Município de Lagos;*
 - b) *Apreciação e votação da Proposta de Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal.*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação do Protocolo de Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Lagos, a LAGOSINTER, Supermercados, S.A. e o Restaurante Bali, Lda.;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação do pedido de autorização de Incentivos Fiscais à Interioridade [isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e redução da Taxa de IRC] no âmbito da Lei nº 171/99, de 18/09 (Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas Áreas do Interior), alterada pela Lei 30-C/2000, de 29/12, aplicados nas freguesias de Barão de S. João e de Bensafrim conforme o regulamentado na Portaria nº 1467-A/2001, de 31/12;*



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

➤ PONTO 6 - *Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 59 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia



-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO, nos momentos indicados nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Rosa Marreiros Rosado
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUSPENSÃO DO MANDATO - TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque	Suspensão do Mandato por 31 dias, aprovado na presente Sessão
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre	Substitui o Sr. Carlos Albuquerque

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na Sessão Extraordinária de Julho de 2006, para tomar posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o cidadão: **GONÇALO DE SOUSA AMARAL** – Coordenador de Investigação Criminal de Portimão, não tendo o mesmo comparecido, justificando a sua ausência, antecipadamente.-----

-----ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 2/2006 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada no dia 27/02/2006.-----

-----A Acta nº 2/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	1	-	21
ABSTENÇÕES	0	0	1	-	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 2/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 3/2006 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada no dia 6/03/2006.-----



Fl. 78v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----A Acta nº 3/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	5	1	-	20
ABSTENÇÕES	1	0	1	-	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 3/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)	21.03
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana	21.03

-----Acta nº 4/2006 da Sessão Extraordinária de Março/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada no dia 20/03/2006.-----

-----A Acta nº 4/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	5	2	1	22
ABSTENÇÕES	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Acta nº 4/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 5/2006 da 1ª Reunião da Sessão Extraordinária de Março/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada no dia 29/03/2006.-----

-----Tendo a Acta nº 5/2006 colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Acta nº 6/2006 da 2ª Reunião da Sessão Extraordinária de Março/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada no dia 6/04/2006.-----

-----A Acta nº 6/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	2	1	23
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Acta nº 6/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CONTRATACÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES PÚBLICOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os



Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-6.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entrou na sala a seguinte Deputada da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PSD	Rosa Marreiros Rosado	21.14

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que nada tinha a opor à contratualização do sistema de transportes, mas referiu que estava contra os circuitos propostos, especialmente para a linha 1, porque continua a prejudicar os alunos que frequentam a escola das Naus, sugerindo que este itinerário fosse revisto e que fossem consultadas as Associações de Pais e os Conselhos Executivos das Escolas. Sobre as linhas a concessionar não sabia até onde a Câmara poderá ir para que seja definido o serviço, ou seja, ficará a Câmara com poder para definir horários? Disse que os horários dos transportes, principalmente os que servem as zonas rurais do concelho, estão vocacionados para a classe trabalhadora, não servindo adequadamente os estudantes, o que desmotiva, em muitos casos, os alunos e isso não se devia verificar.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	21.27

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que as preocupações do Sr. João Bravo são as preocupações de todos tendo ficado com a ideia de que a Câmara não ouviu as Associações de Pais, questiona a Câmara sobre a veracidade da sua ideia. Perguntou que métodos existem para definir a rentabilidade da concessão do sistema de transportes. Disse que lhe parecia que este assunto ainda necessitava de ser melhor trabalhado antes de ser votado pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) começou por agradecer o convite para estar presente na inauguração da Feira Arte Doce, achando o espaço bom para a realização daquele evento, necessitando de melhorias. Realça que o documento que baseia este Ponto está bem elaborado e que se podia fazer, com os dados que estão na documentação, um livro sobre a história dos transportes público na cidade. Acrescentou que ia votar favoravelmente o assunto.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que antes de entrarem em funcionamento os novos percursos dos transportes públicos devia ser feita uma campanha de sensibilização a toda a população dando a conhecer os benefícios da utilização dos transportes públicos. Disse que seria útil, também, a realização de um inquérito sobre horários e percursos. Referiu que uma maneira de ajudar os trabalhadores da Câmara Municipal que utilizam os transportes públicos seria



Fl. 79v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

oferecendo a deslocação nos ditos transportes. Disse ainda que se devia incentivar a utilização de transportes públicos amigos do ambiente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que existem algumas situações nos percursos que deviam ser revistas e um inquérito pode ajudar nesse sentido, assim como deve ter um maior peso no Programa de Concurso a questão dos transportes não poluentes.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) perguntou se todas as escolas têm autocarros a chegar por volta das 8.20 horas, ou seja, se até a essa hora as crianças estão nas respectivas escolas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que as sugestões dadas serão tomadas em conta.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Jorge Serpa, disse que sente as preocupações relativas à deslocação dos alunos para as escolas e que essas preocupações estiveram sempre presentes na elaboração do documento em discussão. Disse que tudo isto irá ser alvo de ajustes e análise, sempre no sentido de melhorar os trajectos. Referiu que estes percursos tiveram ainda em atenção a passagem por serviços de grande utilização como os serviços de saúde. Esclareceu que nestas questões dos transportes não pode haver uma linha que sirva tudo, tem que haver sempre transferes de umas linhas para outras, de modo a satisfazer o máximo possível os utilizadores. Informou que a Escola das Naus é servida por três linhas e que irá ser feita uma campanha de sensibilização junto da população. Disse que a Câmara, infelizmente, não está em condições de oferecer passes aos trabalhadores da autarquia. Disse que há uma preocupação na utilização de veículos menos poluentes, mas não há hipótese de seguir outra solução.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não percebia o porquê de não poder haver a hipótese de introduzir transportes não poluentes, ou amigos do ambiente. Em relação à oferta de passes a trabalhadores da autarquia disse que a sugestão foi feita no sentido de estes poderem substituir os transportes feitos pelos serviços da Câmara de trabalhadores para o Chinicato, por exemplo.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que todos os autocarros chegam à Escola das Naus, não chegam é a tempo e horas.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) perguntou qual o critério para terem chegado aos preços dos bilhetes.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que a Câmara não respondeu à sua questão sobre a rentabilidade.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Jorge Serpa, disse que esteve, está e estará sempre presente a entrada e saída dos alunos nas escolas. Solicitou à Mesa a intervenção do Sr. Eng. Reis Simões, responsável pela elaboração do documento em discussão, de modo a serem esclarecidas questões técnicas.-----

-----O Sr. Eng. Reis Simões disse que os tarifários foram feitos com base nos existentes, existindo 3 coroas. Informou que tentaram não alterar muito os trajectos existentes, havendo a preocupação de todos os anos fazerem um balanço no sentido de melhorar os serviços prestados, tanto mais que as receitas não vão cobrir as despesas e a Câmara tem que assumir o prejuízo. Disse que para existir uma frota de



autocarros a gás, essa frota teria que ser constituída por 60 autocarros e isso não é necessário para o concelho de Lagos e os restantes veículos não poluentes são muito caros, por isso o grande objectivo, em termos de redução de poluição, é conseguir que as pessoas deixem o automóvel em casa e passem a utilizar o transporte público.

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	22.04

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que seria desejável impor a utilização de autocarros amigos do ambiente, mas isso é quase impossível. Em relação à questão colocada pelo Sr. Santana disse que espera que não se verifique a situação actual de que o concessionário pede cada vez mais dinheiro à Câmara Municipal.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há municípios que usam transportes amigos do ambiente por isso acha que Lagos vai perder uma boa oportunidade para utilizar esse tipo de transportes.

-----Posto isto foi submetido à votação a **CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO** tendo sido aprovado por unanimidade a concessão do serviço público, nos termos do artº 10º do Decreto-Lei nº 390/82, de 17/09 e da alínea q) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11/01 e a repartição dos encargos resultantes da prestação de serviços em mais de um ano económico, conforme o artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8/06, referente à contratualização do sistema de Transportes Públicos de Lagos.

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 10 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 31 minutos.

-----**PONTO 2 - LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M.:** A) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA A ESTABELECEM COM O MUNICÍPIO DE LAGOS;** B) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-7.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por dizer que o PSD tinha deixado a sua posição clara, em relação às Empresas Municipais, em anterior reunião da Assembleia Municipal, no entanto tinham várias dúvidas, entre as quais o facto do



Fl. 80v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Contrato-Programa ser de dois anos e os Administradores indigitados, terem um período de mandato igual ao do Executivo Camarário, assim como tinham dúvidas sobre as infra-estruturas cedidas à empresa municipal, ou seja, a que título eram estas infra-estruturas entregues à empresa municipal. Disse que existia uma discrepância entre a empresa Lagos-em-Forma e a Futurlagos, no que diz respeito a alterações ao Contrato-Programa, uma vez que na primeira os aditamentos podem ser feitos sempre que as circunstâncias o justificarem e na segunda pode ser revisto por acordo escrito e mediante iniciativa de qualquer das partes, questionando se as alterações aos contratos-programa tinham que vir à Assembleia Municipal. Perguntou qual a opinião da Câmara em relação à Comissão de Acompanhamento e quem irá compor a mesma e o que é que a Câmara Municipal entende por preços sociais. Perguntou qual foi o perfil que a Câmara Municipal defeniu, aquando das escolhas dos Administradores das Empresas Municipais.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o Contrato-Programa é por dois anos, pode ser alterado, revogado, objecto de qualquer mexida, porque a Lei o permite e que o mandato é, por força da Lei, igual ao mandato autárquico. Esclareceu que a cedência dos equipamentos é feita de uma forma gratuita e continuam a ser propriedade da Câmara Municipal e informou que o preço social é um preço que não representa o custo efectivo, mas que estimula a prática desportiva. Disse que a Comissão de Acompanhamento rege-se pelo que a Lei determina e que o perfil que o Executivo escolheu para os Administradores foi o da competência técnica e da disponibilidade para aderir a este desafio. Disse que podiam ter contratado outras pessoas, mas não vinham ganhar o que estes Administradores vão ganhar. Terminou louvando as pessoas que aceitaram os cargos de Administradores das Empresas Municipais.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que todos têm conhecimento das capacidades pessoais das pessoas que o Sr. Presidente da Câmara escolheu para Administrar as empresas municipais, tendo colocado a questão do perfil do gestor de uma forma política. Perguntou que tipos de preços sociais iam ser aplicados. Terminou felicitando e desejando a melhor sorte a todos os envolvidos nas empresas municipais.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que as pessoas escolhidas para Administradores são pessoas da confiança da Câmara Municipal e ponto final.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **CONTRATO-PROGRAMA A ESTABELECEM COM O MUNICÍPIO DE LAGOS E A EMPRESA MUNICIPAL – LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M.**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	7	2	0	9

-----Assim foi aprovado, por maioria, o Contrato-programa, elaborado ao abrigo do artº 31º da Lei nº 58/98, de 18/08, a estabelecer entre o Município de Lagos e a



empresa municipal – Lagos-em-Forma, Gestão Desportiva, E. M.-----
-----Seguidamente foi submetido à votação a **PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL - LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M.**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	7	2	0	9

-----Assim foi aprovado, por maioria, o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração da empresa municipal – Lagos-em-Forma, Gestão Desportiva, E. M., nos termos da alínea a) do nº 6 do artº 64º e para os efeitos consignados na alínea l) do nº 2 do artº 53º, todos da Lei nº 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11/01.-----

-----**PONTO 3 - FUTURLAGOS - EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.M.: A) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA A ESTABELECEER COM O MUNICÍPIO DE LAGOS; B) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-8.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que podiam tentar disfarçar esta situação das empresas municipais da maneira que quisessem, mas que as empresas municipais são erros graves e esta empresa Futurlagos, tem um âmbito muito geral e isso é um buraco em que o município se vai meter, e vai fazê-lo porque a estratégia não foi correcta. Disse que devia ter sido contratado um bom gestor para cada uma das empresas municipais e não partidariar as empresas, uma vez que o sucesso, das empresas hoje em dia, passa pelo bom recrutamento. Afirmou que as obras das piscinas e do pavilhão, assim como do futuro edifício municipal são obra do PSD. Disse ainda que esta questão das empresas municipais já nada tem a ver com o acreditar, mas sim com o desespero. Considera que, não pondo em causa a competência das pessoas, a partidarição verificada na nomeação dos administradores é negativa.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Governo PS, ao negociar o Quadro Comunitário de Apoio, não utilizou os mesmos critérios de negociação para o Algarve que utilizou para a Madeira. Perguntou quais os equipamentos que vão estar concluídos até ao fim de 2009, conforme referido nos documentos sobre este assunto. Perguntou o que é que o Executivo tinha em mente quando se referia às parcerias com privados. Desejou a melhor sorte aos Administradores da empresa



Fl. 81v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

municipal, em especial ao Dr. Carlos Albuquerque. Voltou a perguntar se qualquer alteração ao contrato-programa teria que vir à Assembleia Municipal. Disse que estranhava o facto de não existir um Conselho Geral nesta Empresa Municipal.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que a opção estratégica da Câmara Municipal na criação desta empresa está reflectida neste contrato-programa. Esclarece que não coloca em causa as pessoas escolhidas para Administrar a empresa, mas afirma que esta empresa “merecia” administradores com outra experiência, nomeadamente no que à gestão diz respeito.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que as pessoas escolhidas para administrar as empresas municipais não são para aqui chamadas e que não tinha achado convenientes as palavras do Sr. Nuno Serafim em relação ao Dr. Carlos Albuquerque. Disse que a posição do PS em relação a este assunto é conhecida de todos, entendendo a criação das empresas municipais como forma de utilizar melhor os dinheiros dos contribuintes, de uma forma mais responsável, não querendo com isto dizer que a Câmara Municipal é irresponsável; com as empresas municipais os procedimentos são mais ágeis do que se decorressem através da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) desejou o melhor para os administradores das empresas municipais. Tendo em consideração que tinha sido aberto um concurso público para a construção do novo Edifício Municipal, no anterior mandato autárquico, pergunta o que iria ser feito com esse concurso no âmbito da empresa municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) quis que ficasse bem claro que desejava toda a sorte do mundo aos Administradores das empresas municipais, nomeadamente ao Dr. Carlos Albuquerque porque foi com quem mais contacto teve nos últimos tempos, na Assembleia Municipal, como Deputado Municipal. Disse que o PSD valoriza qualquer Membro da Assembleia Municipal de Lagos que possa dar qualquer contributo mais positivo no Órgão ou fora dele. Afirmou que está demonstrado que as empresas municipais estão partidárias e isso têm que ser assumido.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que tinha achado deselegante a forma como o Sr. Nuno Serafim se tinha referido ao Dr. Carlos Albuquerque e se a pessoa fosse da bancada do PSD a linguagem seria outra. Esclareceu que a empresa em questão vai ter à frente uma pessoa formada em gestão e por isso não compreendia as palavras do Sr. Santana.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), chamou à atenção que não se estava a discutir nomes de pessoas e que se insistissem em discutir pessoas teria que cortar a palavra aos oradores.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) expressou o seu voto de protesto em relação à posição do Sr. Presidente da Mesa, uma vez que tudo o que tem estado a ser dito faz parte do debate político da Assembleia Municipal. Disse ainda que a partidária, com a defesa dos amigos, está provada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que CDU não teve grande intervenção nestes assuntos porque a posição da CDU sobre as empresas municipais tinha



ficado demonstrada aquando da discussão da criação das mesmas, e como mantém a posição, não vale a pena estarem a argumentar e a contra argumentar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, repudiou a ideia da partidarização e acentuou a ideia da confiança. Em relação aos “amigos” disse que noutras bancadas tem pessoas mais amigas do que aquelas que vão administrar as empresas municipais, por isso trata-se uma questão de confiança pessoal, técnica e política. Pergunta como seria possível haver uma, ou mais pessoas, perto do PSD numa administração destas com as críticas que são feitas pelo PSD, tanto na Câmara como da Assembleia Municipal? Disse ainda que o PSD fala em situações que de facto não são as verdadeiras. Afirmou que muitos municípios portugueses estão a tentar formar empresas municipais até ao final do ano. Esclareceu que as pessoas que vão administrar as empresas municipais não têm experiência de gestão mas as empresas que estão na base dos estudos para a criação das mesmas irão estar disponíveis para qualquer situação necessária. Informou que as competências desta empresa são a construção do novo Edifício Municipal e a venda de um terreno municipal que irá ajudar às despesas da construção do novo Edifício Municipal. Disse que as alterações ao contrato-programa não têm que vir à Assembleia Municipal. Em relação ao concurso para a construção do novo Edifício Municipal, apesar de deliberado na Câmara Municipal, nunca foi lançado para o exterior. Terminou agradecendo os votos de felicidades feitos.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que é tempo de procurar novos tipos de gestão autárquica, mas a solução não são as empresas municipais, mas talvez as empresas intermunicipais. Disse esperar que os administradores destas empresas municipais sigam os poucos bons exemplos das empresas municipais espalhadas pelo país.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **CONTRATO-PROGRAMA A ESTABELECEM COM O MUNICÍPIO DE LAGOS E A EMPRESA MUNICIPAL – FUTURLAGOS - EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.M.**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	1	7	2	0	10

-----Assim foi aprovado, por maioria, o Contrato-programa, elaborado ao abrigo do artº 31º da Lei nº 58/98, de 18/08, a estabelecer entre o Município de Lagos e a empresa municipal – FUTURLAGOS – Empresa Municipal Para o Desenvolvimento, E. M.-----

-----Seguidamente foi submetido à votação a **PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL - FUTURLAGOS - EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.M.**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:



Fl. 82v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	7	2	0	9

-----Assim foi aprovado, por maioria, o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração da empresa municipal - FUTURLAGOS – Empresa Municipal Para o Desenvolvimento, E. M., nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º e para os efeitos consignados na alínea l) do n.º 2 do art.º 53.º, todos da Lei n.º 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Nós votamos contra os dois Contratos-Programa e Estatuto Remuneratório no seguimento da nossa votação em relação à criação das empresas municipais. Com base na fundamentação do nosso voto contra a criação das duas empresas municipais, assim foi o nosso voto hoje sobre estas duas situações.”-----

-----Declaração e Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “Os elementos da bancada do Partido Socialista que votaram favoravelmente, fizeram-no porque entendem que a constituição das empresas municipais é neste caso uma forma de agilizar procedimentos, e agilizar no bom sentido da palavra, com a garantia de uma gestão mais eficaz, pondo em funcionamento estruturas que têm, não só um papel social, mas que se pretende que tenham também uma grande vertente comercial, contribuindo assim para uma melhor aplicação das contribuições de todos os lacobrigenses.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado, dado o adiantando da hora perguntou ao Plenário qual a sua disponibilidade para a continuação dos trabalhos, tendo a bancada do Grupo Municipal do PSD demonstrado a sua indisponibilidade. Dado haver dificuldade em obter uma data para a continuação da Sessão, decidiu a Mesa dar continuidade aos trabalhos.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta decisão, ausentaram-se definitivamente da sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	0.04
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares	0.04
PSD	Fernando Ramos Bernardo	0.04
PSD	João António do Rio Rosa Bravo	0.04
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	0.04
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	0.04
PSD	Rosa Marreiros Rosado	0.04
PS	José Mariano Monteiro de Jesus	0.04



-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS, A LAGOSINTER, SUPERMERCADOS, S.A. E O RESTAURANTE BALI, LDA.**: Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-9.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) em relação a este Ponto disse que a CDU apenas se iria manifestar com o seu voto uma vez que achava que, dadas as circunstâncias, o debate estava prejudicado e iam votar contra porque entendiam que este assunto está embebido em muita nebulosidade e que este negócio tem alguns contornos que não lhes parecem muito claros e também ainda não está demonstrado que este negócio seja positivo para o município, trocando o terreno inicialmente previsto para a construção da nova Esquadra da PSP, com o que está proposto, havendo a juntar a isto, todo o enredo à volta da alteração do PGU e dos acertos cartográficos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o que estava para ser deliberado pela Assembleia Municipal é a venda de um terreno, que há-de reverter para o município vindo do Ministério da Administração Interna, a uma entidade que o vai comprar com um misto de permuta com outro terreno para a construção da nova Esquadra da PSP, mais duzentos e cinquenta mil euros, o que permite a construção da Esquadra com a ajuda da Derrama. Em relação ao PGU disse que houve um lapso técnico que não incluiu, inicialmente na revisão ao PGU, a possibilidade de integrar o lote que inicialmente está destinado à construção da Esquadra da PSP, ao lote vizinho e ter um tipo de utilização idêntica ao lote vizinho, havendo negociação para que o terreno continue a funcionar como parque de estacionamento, permitindo que o lote vizinho possa aumentar a área de construção. Disse que tinha feito questão que a explicação deste lapso fizesse parte da documentação para este Ponto para que se não fizesse confusão com acertos cartográficos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que num curto espaço de tempo foi feito o acerto cartográfico e aí é que nasceu a alteração do uso do terreno, não tendo sido esta alteração por vontade política mas sim por acertos topográficos, segundo o que está na informação dada pelo Director do DPGU. Disse que o lapso está na alteração da utilização do terreno, de modo a se poder fazer este negócio pelo que lhe parece que esta decisão já estava mais que tomada discordando assim da deslocação da nova Esquadra da PSP e de todo este protocolo criado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a CDU tem todo o direito de não concordar com a deslocação da nova Esquadra da PSP, mas não tem o direito de duvidar da forma como as coisas decorreram, informando que este assunto não está decidido desde há muito tempo, mas apenas no dia 5 de Junho de 2006 é que o Ministério da Administração Interna deu luz verde a esta situação. Lamentou o facto da bancada do PSD ter abandonado a sala, considerando essa atitude como antidemocrática, uma vez que a presença da



Fl. 83v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

bancada do PSD faria com que todos ficassem devidamente esclarecidos sobre este assunto. Reconhece que houve um lapso de ordem política neste processo, conforme diz o Sr. Director do DPGU na informação que acompanha a documentação deste Ponto, mas reafirma que não há segundas intenções nem por parte da Câmara Municipal, nem por parte da entidade privada que vai ter, naturalmente, um benefício, mas vai pagar para o ter.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que o que a Câmara tinha para decidir estava decidido e o que tinha que avançar era a decisão da Assembleia Municipal, acrescentando que se alguém achar que há coisas menos licitas há Instituições do Estado para tratar disso.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que estranhava esta intervenção e quem não tem nada para dizer é melhor ficar calado, esclarecendo que este assunto começou em 2004 e devia ter sido dado conhecimento há mais tempo. Disse que muitas das vezes os problemas e as desconfianças aparecem pela forma como são tratados e como eles chegam à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que tem direito a expressar as suas opiniões.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **PROTOCOLO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS, A LAGOSINTER, SUPERMERCADOS, S.A. E O RESTAURANTE BALI, LDA.**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	-	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	-	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	-	2	0	2

-----Assim foi autorizado, por maioria, nos termos da alínea i) do n° 2 do art° 53 da Lei n° 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei n° 5-A/2002, de 11/01, a alienação à sociedade Lagosinter, Supermercados S.A. do terreno a reverter do Estado para o Município, identificado na cláusula terceira do Protocolo de Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Lagos, a LAGOSINTER, Supermercados, S.A. e o Restaurante Bali, Lda. (O Terceiro Outorgante (Município de Lagos) receberá, por reversão da cedência efectuada ao Estado, por escritura celebrada em 24-07-1997, exarada de fls.97v. a 99 do Livro 63-A do Notariado privativo da Câmara Municipal de Lagos, o prédio urbano, sito na Pedra Alçada, com a área de 3 096,50m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n°4 026, da Freguesia de Santa Maria, com o valor patrimonial de 86 740,67€, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o n° 02243, da freguesia de Santa Maria).-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE [ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) E REDUÇÃO DA TAXA DE IRC] NO ÂMBITO DA LEI N° 171/99, DE 18/09 (COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NAS**



ÁREAS DO INTERIOR), ALTERADA PELA LEI 30-C/2000, DE 29/12, APLICADOS NAS FREGUESIAS DE BARÃO DE S. JOÃO E DE BENSFRIM CONFORME O REGULAMENTADO NA PORTARIA Nº 1467-A/2001, DE 31/12: Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-10.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que esta decisão pecava por tardia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que concordava com o Sr. Eduardo Santana e que foi a Assembleia Municipal que suscitou esta questão uma vez que a Câmara não se tinha apercebido da mesma. Disse esperar que esta decisão se torne imediatamente efectiva para as freguesias em causa.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE [ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) E REDUÇÃO DA TAXA DE IRC] NO ÂMBITO DA LEI Nº 171/99, DE 18/09 (COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS DO INTERIOR), ALTERADA PELA LEI 30-C/2000, DE 29/12, APLICADOS NAS FREGUESIAS DE BARÃO DE S. JOÃO E DE BENSFRIM CONFORME O REGULAMENTADO NA PORTARIA Nº 1467-A/2001, DE 31/12**, tendo sido autorizado, por unanimidade, conforme o estabelecido no nº 3, do artº 11º, da Lei nº 179/99, de 18/09, com a redacção dada pela Lei nº 30-C/2000, de 29/12, a isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições: a) Por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano situado nas áreas beneficiárias de Barão de S. João e Bensafrim (Portaria nº1467-A/2001, de 31/12), destinado exclusivamente a primeira habitação própria permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%; b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias de Barão de S. João e Bensafrim (Portaria nº1467-A/2001, de 31/12) e afectos duradouramente à actividade das empresas.-----

-----**PONTO 6 - SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-429-11.-----

-----Não tendo havido alvo de qualquer intervenção foi colocado à votação a **SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA**, tendo sido subscrita, por unanimidade, a Declaração do 4º Fórum Mundial da Água: “1. Nós, Presidentes de Câmara e Eleitos Locais do Mundo, reunidos no quarto fórum mundial da água, no México, de 16 a 22 de Março de 2006, conscientes da responsabilidade das autoridades locais, em matéria de água potável e saneamento, recordamos os seguintes princípios: 1.1. A água doce é um recurso limitado e



Fl. 84v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

vulnerável, indispensável para a vida e para o desenvolvimento do ambiente, é um bem comum e um património da humanidade; 1.2. Todos os seres humanos têm direito à água, em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer a suas necessidades básicas, assim como ao saneamento, elemento decisivo para a saúde e a preservação dos ecossistemas; 1.3. O direito à água, de cada indivíduo e seu uso devem exercer-se respeitando as necessidades das gerações presentes e futuras; 1.4. As mulheres têm um papel fundamental para o desenvolvimento e, em particular, no armazenamento, gestão e preservação da água. E constatamos que, 1.5. Quantidade e qualidade da água degradaram-se profundamente devido a comportamentos individuais e colectivos contrários a uma gestão sustentável dos recursos naturais; 1.6. Uma pessoa em cada quatro não acede à água em quantidade e qualidade suficientes e uma de cada duas, não dispõe de um sistema de saneamento adequado. As doenças de origem hídrica são a principal causa da elevada taxa de mortalidade infantil no mundo; 1.7. O crescimento urbano e o desenvolvimento de condições de vida pouco saudáveis, a desertificação e o aumento da frequência de secas, mas também as inundações e os ciclones, que tem como origem, as alterações climáticas, têm impacto sobre a quantidade e a qualidade do recurso água. 2. Nós, Presidentes de Câmara e Eleitos Locais, reconhecemos que: 2.1. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, que propõem reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população que não têm acesso de modo durável ao fornecimento de água potável, dizem directamente respeito a todos os governos locais; 2.2. Os governos locais desempenham um papel fundamental na gestão do recurso água e na organização dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento. O seu papel deve ser reconhecido e fortalecido. Os governos locais devem poder eleger, livremente, a forma de gestão; 2.3. A gestão equilibrada do recurso água, requer uma aproximação integrada e a partilha de responsabilidades entre os distintos níveis de governação, alicerçando-se no princípio da gestão territorial integrada por bacias hidrográficas; 2.4. A utilização e a gestão da água devem ter um carácter participativo e envolver os utilizadores, os planeadores e os decisores de todos os níveis. Os eleitos locais representam um vínculo privilegiado entre os cidadãos e os actores de cada nível; 3. Nós, os Presidentes de Câmara e os Eleitos Locais, comprometemo-nos a esforçarmo-nos para: 3.1. Desenvolver políticas para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com o objectivo de reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável; 3.2. Assegurar nos nossos territórios e no âmbito das nossas competências uma gestão que permita a todos o acesso aos serviços da água e saneamento, em quantidade, qualidade e continuidade suficientes, a um custo suportável e equitativo; 3.3. Assegurar uma gestão planeada, sustentável e integrada do recurso água, de forma a evitar a contaminação das águas; 3.4. Desenvolver campanhas de sensibilização destinadas aos cidadãos e ao conjunto de utilizadores sobre os problemas locais e mundiais, privilegiando a questão da água e promover a participação pró-activa dos cidadãos na definição de políticas para a água a nível local, de forma democrática e inclusiva; 3.5. Promover a cooperação entre governos



locais e redes de cidades, apoiando-nos na Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, assim como nos governos nacionais, nas organizações internacionais, nas ONG's, nos sindicatos, nos grémios e associações profissionais e no sector privado, e alocar as nossas competências técnicas e de financiamento, de modo a permitir a todos, o acesso à água potável e ao saneamento; 3.6. Mobilizar, onde seja possível, fundos, inclusive na factura da água, para destiná-los a acções de cooperação solidária descentralizada, equitativas, transparentes, inscritas a longo prazo, com o objectivo de reduzir a pobreza urbana e a exclusão das zonas rurais; 3.7. Melhorar e fomentar intercâmbios em matéria de organização e compilação de dados, aquisição de competências, tecnologia, métodos e ferramentas sobre gestão da água e apoiar, sobretudo, o esforço de organizações internacionais para estabelecer um sistema de avaliação dos progressos alcançados no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. 4. Nós, Presidentes de Câmara e Eleitos Locais, solicitamos aos Governos Nacionais, às Organizações Regionais e Internacionais e às Nações Unidas que: 4.1. Reconheçam o papel fundamental dos governos locais na protecção e na gestão sustentável da água, na organização dos serviços públicos equitativos e transparentes da água potável e do saneamento; 4.2. Promovam a descentralização e desconcentração desenvolvendo uma subsidiariedade activa para garantir um serviço de proximidade, baseado na estreita colaboração entre todos os níveis de governo; 4.3. Fomentem o financiamento das infra-estruturas de água e saneamento para cobrir, sobretudo, as necessidades das populações pobres que não têm acesso à água e ao saneamento; 4.4. Assegurem o envolvimento sistemático e real dos governos locais na tomada de decisões estratégicas em matéria de gestão da água e seu papel na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; 4.5. Contribuam para o fortalecimento das capacidades dos governos locais para melhorar os abastecimentos de água e dos serviços de saneamento; 4.6. Apoiem a cooperação internacional entre governos locais, para ampliar as suas capacidades técnicas, humanas e financeiras, sobretudo nos países em desenvolvimento e favoreçam a difusão de boas práticas assim como os intercâmbios de experiências; 4.7. Assegurem, com a concordância dos governos locais uma gestão integrada, sustentável e equitativa dos recursos hídricos transfronteiriços; 4.8. Permitam aos governos locais e regionais que consagrem uma parte das receitas que provenham dos utilizadores de serviços de água e saneamento para acções de cooperação com os seus homólogos dos países em desenvolvimento; 4.9. Acelerem o cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de acesso à água e ao saneamento e de luta contra a pobreza, aumentem o nível de ajuda pública nacional e internacional ao desenvolvimento para a realização dos objectivos enunciados no plano de acção de Joanesburgo e dos ODM; 4.10. Preservem os principais equilíbrios ecológicos, sobretudo através de compromissos concretos do conjunto de Estados, para a realização da Convenção sobre as Alterações Climáticas.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 38 minutos da madrugada do dia 1 de Agosto, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

